

MARZIA GRASSI

**RABIDANTES: COMÉRCIO ESPONTÂNEO
TRANSNACIONAL EM CABO VERDE**

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003

Rabidantes são sobretudo mulheres que em Cabo Verde se dedicam ao pequeno comércio nos mercados locais da Praia e outras cidades. A sua actividade decorre numa esfera que os economistas usualmente classificam como “sector informal”. Mas esta é uma classificação que Grassi desafia, chamando a atenção para questões relacionadas com o género e com a natureza própria desta actividade socioeconómica.

O acaso levou a autora a trabalhar em Cabo Verde (pp. 20-1); depois de concluir que não tinha condições para fazer um estudo deste tipo em Angola, trocou as *quitadeiras* do mercado Roque Santeiro, em Luanda, pelas *rabidantes* do mercado de Sucupira, na cidade da Praia, ilha de Santiago. Embora comece por se referir a empresários *rabidantes*, rapidamente se percebe que a esmagadora maioria desses “empresários” são mulheres (86,2%). Os poucos homens que *rabida* no mercado de Sucupira são estrangeiros da África Ocidental. O trabalho que serviu de base a este livro afirma-se como transdisciplinar e procura romper com uma certa ortodoxia da análise económica. Mis-

turando dados estatísticos e inquérito, por um lado, com entrevistas e histórias de vida, por outro, a autora procura suprir as limitações da análise económica nas questões de género e na esfera do informal com uma análise mais antropológica, sendo este trabalho portanto um híbrido “económico-antropológico”.

A primeira parte, com cerca de 100 páginas, dedica-se a uma revisão histórica da análise económica e sociológica, fazendo a autora uma crítica das formas de análise mais tradicionais, que assentam em categorizações ocidentais, tais como a dicotomia “desenvolvimento-subdesenvolvimento”, “formal-informal”, ou as ideias de “progresso” e “progresso económico”, herdeiras de correntes teóricas que a antropologia se entretive a desconstruir nas últimas décadas. Sendo a seqüela de uma tese de doutoramento, o livro permanece refém de uma estrutura em que a tão usual secção de revisão de literatura e teoria, característica das teses, acaba por ocupar talvez demasiado espaço em relação ao total do livro, cuja parte mais interessante e importante é sem dúvida o “estudo de caso”. Ainda assim, a primeira parte não deixa de ser rica em informação para aqueles menos versados nos debates e teorias económicas do desenvolvimento (antropólogos, por exemplo). Acontece que em países como Cabo Verde (e Portugal, porque não?) o “informal” tomou o lugar do “formal”, ameaçando deixar os analistas económicos sem um digno objecto de estudo. Ao colocar a ênfase da sua análise na questão do género, a autora rompe também com o tipo de análise “androcêntrica” mais característico da ciência económica.

A segunda parte começa com o “estudo de caso” da economia de Cabo Verde, onde é feito um retrato detalhado da mesma, que inclui indicadores e quadros estatísticos. É traçado o retrato da evolução e desenvolvimento económico no período pós-independência, com especial destaque para os sucessivos planos de desenvolvimento nas décadas de 1980-90. Aí se refere também que a actividade comercial dos *rabidantes* não tem sido devidamente considerada e aproveitada para fomentar o desenvolvimento do país (p. 149). A autora, sustentada pelos indicadores estatísticos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esclarece que Cabo Verde está longe de ter encontrado o melhor caminho para o desenvolvimento (p. 150). Dos 45% de

população que vive ainda abaixo do limiar da pobreza, 15% está classificada como muito pobre (*ibid.*). Como o governo e as organizações económicas não dão a devida atenção à economia “informal”, por considerarem que ela deve ser alvo de um esforço de “formalização” ou, então, por considerarem que não é economicamente significativa, ela não recebe qualquer apoio institucional. Em Cabo Verde a maioria das micro-empresas encontra-se precisamente no sector “informal”. Os dados e estudos sobre este sector são muito recentes e, sendo sobretudo baseados em inquéritos, não são suficientemente profundos para identificar as motivações dos agentes que nele se movem, sobretudo mulheres. Grassi constata que os políticos locais, tal como noutros países onde o chamado “sector informal” é muito significativo, recusam tornar públicos os dados que mostrariam as elevadas taxas de desemprego ou a importância dos rendimentos gerados pela “economia informal” (p. 160). Os únicos agentes que em Cabo Verde parecem reconhecer a importância do sector “informal” são os técnicos do Instituto de Organização e Formação Profissional (IEFP).

A organização familiar cabo-verdiana aparece bem descrita e estatisticamente documentada. Nalguns casos até ilustrada com interessantes notas etnográficas, como a que fala da tradição de “cortar o leite”, e que consiste em o pai ter relações sexuais com a mãe da criança entre 30 e 45 dias após o parto. Acredita-se localmente que isso purifica o leite e aumenta a sua quantidade, fazendo com que a criança cresça forte e saudável. As crianças que não têm pai para “cortar o leite” ficam fracas e doentes (p. 165). Do lote de entrevistas feitas no Mindelo, ilha de São Vicente, a autora destaca quatro, feitas a mulheres empresárias: uma proprietária de farmácia; uma proprietária de hotel-restaurante, loja de vestuário e artigos africanos; uma proprietária de cabeleireiro e loja de comércio geral; e por último uma proprietária de restaurante, onde ela própria canta mornas. Todas, embora umas mais do que outras, conseguiram destacar-se na sociedade mindelense, representando a elite empresarial feminina local que, porém, nada tem a ver com as *rabidantes* do mercado de Sucupira, na cidade da Praia, ilha de Santiago, onde a venda é feita num mercado com módulos e bancas ou mesmo ao ar livre. Das entrevistas emergem aspectos antropológicamente interessantes, como, por exemplo, no caso de uma

entrevistada que é filha “bastarda” e não ficou com o nome de família do pai, sendo isso o que mais a prejudica na sua vida empresarial e social (mais do que o facto de não ter sido herdeira) (pp. 172-74). Noutro caso, é precisamente o nome de família da mãe que serve a uma empresária de cabeleireiro para adquirir produtos em Lisboa com condições mais favoráveis (pp. 177-78).

A terceira parte do livro descreve e analisa a actividade empresarial feminina, e que em crioulo de Santiago se designa por *rabidanti* (de “revenda”), no mercado de Sucupira. A amostra escolhida por Grassi é composta pelos 167 comerciantes que alugam os módulos, de um total de 800 comerciantes que se estima vendam naquele mercado (p. 188). Embora a quase totalidade dos *rabidantes* sejam mulheres, os módulos são frequentemente alugados em nome de um homem (marido, irmão, primo ou filho). A metodologia usada baseou-se em entrevistas pessoais e num inquérito-questionário aplicado a 58 dos 167 *rabidantes* da amostra: 50 mulheres e 8 homens. A autora recolheu ainda 22 histórias de vida de entre os homens e mulheres que responderam ao inquérito. Também aqui a maioria são mulheres (86,4%). As *rabidantes* mais desafogadas fazem várias viagens para fora de Cabo Verde, comprando produtos em Portugal, Holanda, França, Itália, Brasil, África do Sul, EUA, Senegal, que depois revendem no mercado de Sucupira. Actualmente, a principal ameaça ao seu negócio são os comerciantes chineses, que vendem a preços mais baixos e estão progressivamente a instalar-se por todo o Cabo Verde. Entre as mulheres *rabidantes* há a ideia de que os homens em Cabo Verde não servem para *rabida* porque são demasiado irresponsáveis. Fazem filhos com várias mulheres e muitas vezes não ajudam nenhuma a criá-los. Em Cabo Verde as famílias monoparentais encabeçadas por mulheres representam quase metade do total (41%) das unidades familiares (p. 251).

O livro termina com um sugestivo *quid inde?* que refere a importância de se ter em conta na análise económica as múltiplas dimensões da categoria género como definidora das relações económicas e sociais em Cabo Verde, à semelhança do que acontece nas economias do continente africano, onde as mulheres por um lado são os agentes económicos mais importantes, mas por outro continuam numa posição subalterna face ao domínio social e político exercido pelos homens.

Contudo, e apesar do seu grande valor, o livro possui algumas falhas e imprecisões que teriam sido facilmente evitadas com uma revisão editorial mais cuidada. Deixo alguns exemplos: “A utilização deste termo [género] pelas ciências sociais é relativamente recente (...) A literatura sobre as categorias sociais de género surge na década de 60 no âmbito da teoria feminista...” (p. 80). Trata-se de uma contradição nos termos, visto que a década de 60 já foi há 40 anos. O título *Male and Female* (1949) de Margaret Mead é referido como *Homem e Mulher* (1949) (p. 82), e na bibliografia é mencionada a tradução portuguesa com a data de 1949 (p. 317), quando ela é de facto de 1970 (Lisboa: Meridiano). A autora refere Pareto (p. 95), a propósito do “equilíbrio óptimo”, na tradução francesa de 1971 do *Manual de Economia Política*, o que está correcto, mas na bibliografia não refere a data do original em italiano (1906), e não indica a editora, aparecendo em seu lugar os nomes da tradutora e do editor (Schwier e Page) (p. 319). A entrada bibliográfica Parkin (1975) contém uma incorrecção, uma vez que foi editada pela Oxford University Press de Oxford para o International African Institute que nada tem que ver com Plymouth, que aparece erradamente como local. Ainda na bibliografia, aparece uma entrada de E. E. Evans-Pritchard (p. 312) em tradução francesa, quando existe uma versão portuguesa editada pela Gulbenkian; além disso não é mencionada a data do original em inglês. O seguinte parágrafo também merece algum comentário: “(...) nas grandes cidades confirma-se que o sector não localizado se concentra mais na Praia, criando problemas de organização da via pública, o que não se verifica no Sal e em São Filipe, onde não há vendedoras na via pública, assim como no Sal.” (p. 158). Sal é uma ilha, São Filipe é uma cidade noutra ilha (?), o que não é óbvio para o leitor que não conhece Cabo Verde, e a última frase dentro do parágrafo não faz qualquer sentido. O parágrafo “As racionalizações das desigualdades de género e as estruturas organizacionais são idênticas em todo o mundo: o género é uma categoria histórica, um conceito que existe há cerca de 300 milhões de anos [?]; é a visibilidade das desigualdades que ela origina que muda no tempo e conforme os contextos socio-económicos e culturais.” (p. 255) é tudo menos claro. Ao lidar com categorias antropológicas, a autora revela algum desconhecimento das mesmas. Por exemplo, ao

descrever a situação em Cabo Verde em termos de família e casamento diz “O termo que parece mais apropriado para descrever a situação [um homem ter filhos com várias mulheres] parece ser poligamia masculina (poliginia), que é muito mais frequente do que a poligamia feminina (poliandria), embora esta também exista” (p. 163). Embora a autora tome estas categorias de empréstimo em relatórios do governo cabo-verdiano e do Fundo das Nações Unidas de Apoio à População (FNUAP), não faz sentido falar de poligamia masculina quando até coloca entre parênteses “poliginia”, essa sim uma categoria antropológica. A frase “(...): os factores que determinam a posição da mulher são factores intrínsecos à mulher e extrínsecos” (p. 171) é também exemplo de um trabalho editorial menos bem conseguido. Algumas notas de pé-de-página são demasiado longas e o seu conteúdo, também pela importância, deveria ter sido incorporado no texto principal (e.g., n. 42, pp. 90-91). Algumas palavras adaptadas do inglês não cabem no português, pelo que teria sido preferível mantê-las na língua original (i.e. “coalização” por *coalition*, cuja tradução mais próxima seria coligação, mas que provavelmente não se adapta bem ao contexto). Na bibliografia não é mencionado aquele que era, até esta publicação, o único trabalho sobre *rabidantes* (M. Margarida Marques *et al.* “Ariadne’s Thread: Cape Verdean Women in Transnational Webs”, *Global Networks*, 1, 3 (2001), 283-306).

Contudo, trata-se de pequenas falhas que em nada diminuem a obra, devendo ser tidas em conta apenas numa futura reimpressão ou edição. O livro de Grassi é definitivamente uma obra que os estudiosos da sociedade cabo-verdiana e dos seus aspectos transnacionais não podem ignorar, pois aponta caminhos até agora ainda pouco explorados em Cabo Verde.

Luís Batalha

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas